



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Educação e Saúde
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano**

**Educação e Sustentabilidade: O Programa Jovens Ambientalistas
na Perspectiva de Economia Solidária no Município de Picuí -
Paraíba**

Maria das Vitórias dos Santos Oliveira

CUITÉ – PB

2017

Maria das Vitórias dos Santos Oliveira

**Educação e Sustentabilidade: O Programa Jovens Ambientalistas
na Perspectiva de Economia Solidária no Município de Picuí -
Paraíba**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos

CUITÉ – PB

2017

IUFCEG/BIBLIOTECA



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

O48e Oliveira, Maria das Vitórias dos Santos.

Educação e sustentabilidade: o Programa Jovens Ambientalistas na perspectiva de economia solidária no município de Picuí - Paraíba. / Maria das Vitórias dos Santos Oliveira. – Cuité: CES, 2017.

42 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária no semiárido paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2017.

Orientador: Dr. José Carlos Oliveira Santos.

1. Economia solidária. 2. Educação não formal. 3. Educação ambiental. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCEG

CDU 330.873

MARIA DAS VITÓRIAS DOS SANTOS OLIVEIRA

**Educação e Sustentabilidade: O Programa Jovens Ambientalistas
na Perspectiva de Economia Solidária no Município de Picuí -
Paraíba**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, para obtenção do título de Especialista, conforme a apreciação da Banca Examinadora.

Avaliada em ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos - Orientador
UABQ/CES/UFCG

Profa. Dra. Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos - Membro
UABQ/CES/UFCG

Profa. Dra. Leticia Caporlingua Giesta - Membro
UABQ/CES/UFCG

*Dedico a minha amada
filha Anabel Oliveira
Dantas, que veio no meio
deste processo trazendo
mais aprendizagem para
minha vida.*

IUFCG/BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela sua graça, misericórdia e fidelidade pelas oportunidades que me foram dadas na vida, vitórias alcançadas e bênçãos recebidas, pois acredito que sem a força desse ser superior nada seria possível na minha vida.

Ao meu esposo por ficar sozinho aos sábados, a todos da minha família, por me apoiarem em todos os momentos da minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos, por ter aceitado me encaminhar neste processo de aprendizagem e no desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus amigos (as) e companheiros (as) Aracélia, Carlos Alberto, Enilma, Marly e Ozineide que me ajudaram e foram inventivos em tantos momentos no decorrer deste curso.

Ao Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG), na pessoa de seu Diretor o Prof. Dr. Ramilton Marinho Costa, pela compreensão.

Ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano na pessoa de sua Coordenadora Profa. Dra. Cláudia Patrícia dos Santos, pela oportunidade da realização do curso.

A todos os professores do Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG), pois cada um deles contribuiu de forma significativa para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos membros da banca examinadora por aceitarem o convite em participar deste momento tão importante para minha vida profissional.

*“A atenção é a mais importante
de todas as faculdades para o
desenvolvimento da inteligência
humana”.*

Charles Darwim

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Faixa etária dos jovens entrevistados.....	28
Figura 2. Distribuição da escolaridade dos entrevistados.	28
Figura 3. Distribuição geral de instrução dos pais dos jovens entrevistados.....	29
Figura 4. Distribuição geral de instrução dos pais dos jovens entrevistados.....	29

OLIVEIRA, M. V. S. **Educação e Sustentabilidade: O Programa Jovens Ambientalistas na Perspectiva de Economia Solidária no Município de Picuí - Paraíba.** 2017. 42 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

RESUMO

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. Existe a necessidade de uma educação socioambiental capacitada a provocar mudanças de atitudes na comunidade considerando a qualidade de vida dos alunos intimamente ligados ao desenvolvimento sustentável interligando responsabilidades sociais e ambientais, considerando-se projetos ambientais como alvo de difusão da aprendizagem e articulação dos saberes propondo um trabalho de cunho sustentável, através de uma educação de jovens não-formal. Com fundamentação na importância e complexidade científica entre EJA, economia solidária e sustentabilidade, este trabalho buscou fazer uma análise de conhecimento e informação sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens no Projeto Jovem Ambientalista na cidade de Picuí, Paraíba. Este trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Constatou-se a existência da economia solidária em torno das atividades do programa, no qual ocorre o estímulo, a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os educandos e coordenador. Esses estímulos propiciam de forma oculta o fortalecimento do direito à cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Palavras-Chave: Educação não-formal; Economia Solidária; Educação de Jovens e Adultos.

OLIVEIRA, M. V. S. **Education and Sustainability: The Young Environmentalists Program in the Perspective of Solidarity Economy in the Municipality of Picuí - Paraíba.** 2017. 42 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

ABSTRACT

Concern for sustainable development represents the possibility of ensuring sociopolitical changes that do not compromise the ecological and social systems that sustain communities. There is a need for a socio-environmental education capable of provoking changes in attitudes in the community, considering the quality of life of students closely linked to sustainable development, interconnecting social and environmental responsibilities, considering environmental projects as a target for diffusion of learning and articulation of knowledge by proposing a non-formal youth education. Based on the importance and scientific complexity of EJA, solidarity economy and sustainability, this work sought to make an analysis of knowledge and information about the activities developed by young people in the Young Environmentalist Project in the city of Picuí, Paraíba. This work constitutes a qualitative research of descriptive character. Solidarity economy was found around the activities of the program, in which stimulation, cooperation, trust and solidarity between students and collaborators takes place. These stimuli hide the strengthening of the right to citizenship and the improvement of the quality of life.

Keywords: Non-formal education; Solidarity economy; Youth and Adult Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	13
2.2. Economia Solidária.....	15
2.3. Economia Solidária e Sustentabilidade.....	18
2.4. Educação Ambiental Não-Formal e o Programa Jovens Ambientalistas	22
3. METODOLOGIA.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
6. REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE.....	36

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever (STRELHOW, 2010).

Assim, com a nova constituição de 1988 (BRASIL, 1988), prevê-se que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). De acordo com a LDB, é determinado que o Plano Nacional de Educação fosse elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da Resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos (STRELHOW, 2010).

Em contraponto com Educação de Jovens e Adultos uma ideia que vem desenvolvendo a este é a economia solidária que traz consigo a ideia de economizar, proporcionar melhorias para o bem comum de equipes ou grupos envolvidos numa perspectiva de crescimento e melhorias em um trabalho coletivo.

Valorizando a capacidade do ser humano em aprender e ensinar, a Economia Solidária baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão. Ela é o meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. É, portanto, uma moderação com defesa da identidade e da inserção de juntos não implorando, a conservação do análogo. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças. (SINGER e KRUPPA, 2004).

Quando pensamos economia solidária significa pensar em outra economia vinda da sociedade civil e dos meios populares, que está ocorrendo em diversas partes do mundo, por meio de ações que adotam, principalmente, formas associativistas e cooperativistas. Estas iniciativas, a depender do contexto em que

se situa e de seu objetivo, adotam diferentes configurações, seja agindo em interface direta com o mercado, firmando parcerias com os poderes públicos, ou utilizando formas de reciprocidade, ou, como lhe é mais características, fazendo uma mistura dessas diferentes configurações (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A economia solidária pode ser compreendida como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (SINGER, 2002).

Sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos (JACOBI, 2003).

Nesse sentido, alude um diálogo constante, tendo o cuidado com as decisões e os caminhos a serem tomados em função da preservação da vida e do planeta. O conceito de desenvolvimento sustentável, na verdade, foi criado como forma de atenuar a desgastante relação entre a sociedade e a natureza de consumo capitalista. “Justifica-se como discurso e prática pela capacidade de negociar e camuflar uma redução no desgaste da natureza, desde que não comprometa seu poder de acumulação”. (BASSANI, 2008, p. 110).

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

Com fundamentação na importância e complexidade científica entre EJA, economia solidária e sustentabilidade este trabalho buscou fazer uma análise de conhecimento e informação sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens no Projeto Jovem Ambientalista na cidade de Picuí, Paraíba. Diante da necessidade de uma educação socioambiental hábil a gerar mudanças de atitudes sociais, pode se considerar este projeto como alvo de divulgação da aprendizagem e articulação dos saberes propondo um trabalho com aptidão para sustentabilidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Nesse sentido, o tema estudado situa-se num cenário globalizado, por se considerar que nele estão envolvidas questões que vão para além do aspecto educacional, e tange, também, aspectos de natureza social, econômica, política, étnica e cultural (GADOTTI, 2009).

Vejo como um tema central por que há diligências significativas, feitas com dedicação, em áreas sociais envolvendo políticas públicas, um trabalho que trás mudanças de hábitos com conceitos étnicos formação cultural, que para avançar é importante que haja a integração de todos os aspectos e apoio de órgãos que priorizem este trabalho.

A presente pesquisa pretende responder as seguintes questões:

- Como acontece o compartilhamento de saberes sobre educação ambiental e sustentabilidade entre os integrantes do projeto e a comunidade?
- O que eles já sabem sobre economia solidária?
- De que maneira este exercício de aprendizagem serve de desempenho para a vida desses estudantes?
- O que mudaria na economia dos jovens participantes no projeto e seus familiares se este projeto viesse ter algum rendimento sustentável?

Acredita-se que os saberes vêm de análises, curiosidade e pesquisa. A investigação dota o pesquisador de conhecimentos e a disseminação de saberes com conceitos próprios de quem compreende é um legado de que estudar vale à pena. Através do exercício da aprendizagem e um pensamento solidário reunidos em um compromisso de rentabilidade sustentável ira mudar a economia dos participantes.

Diante do que foi exposto, em linhas gerais, destaca-se como o principal objetivo desta pesquisa compreender como acontece o trabalho, desenvolvimento e aprendizagem do coordenador e alunos do Projeto Jovem Ambientalista no município de Picuí - PB em relação à educação ambiental e sustentabilidade e que mudanças ecológica, educativas e sociais as atividades desenvolvidas trazem para a comunidade. E foi possível perceber a forma de trabalho do projeto com relação à educação ambiental e sustentabilidade; os conceitos teóricos e a prática exercida pelos participantes; a perspectiva de mudança ecológica, sociais, educativas e econômica nas atividades desenvolvidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

Em concordata sugiro que essas lacunas detêm de domínios da parte governamental que torna um assistencialismo tentando compensar que aqueles sujeitos que ainda queiram voltem à escola sejam alfabetizados e possam serem inclusos no mercado de trabalho.

A precariedade do ensino regular tem seus reflexos na Educação de Jovens e Adultos, modalidade da educação que expressa a conquista do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade regular e/ou tiveram o percurso escolar interrompido por diferentes motivos, nos níveis de ensino fundamental e médio (SOUZA, 2010). A EJA foi legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e pela Resolução CNE/CEB Nº 1, de 05 de Julho de 2000 (BRASIL, 2000).

Diz o artigo 37 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1988).

Segundo Friedrich *et al.* (2010), a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em toda sua trajetória como proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de explicação de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular.

A oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelada à perspectiva assistencialista e compensatória, em que o sujeito excluído do processo escolar na idade dita “regular” retornaria à escola para ser alfabetizados e incluídos no mercado de trabalho (SOUZA, 2010).

A história da EJA apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país (LOPES e SOUSA, 2005).

A EJA é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever. (STRELHOW, 2010).

Sem dúvidas, a EJA deve ser entendida como modalidade de educação que ultrapassa a transmissão de conteúdos científicos e refere-se aos processos educativos mais amplos voltados para a formação humana de seus sujeitos. Nesta perspectiva, os sujeitos da EJA devem ser analisados dentro de um determinado tempo de vida, com especificidades próprias e que chegam à escola com inúmeras experiências, conceitos e valores que retratam seus anseios, desafios e expectativas quanto ao seu processo de formação (SOUZA, 2010).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, no entanto, vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, como jovem, ou já depois de adultos, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma. Essa realidade tem sido responsável pela criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação de jovens e adultos (LOPES e SOUSA, 2005).

À medida que a sociedade se desenvolve novas possibilidades de crescimento profissional surgem, mas, por outro lado, exigem maior qualificação e constante atualização de conhecimentos e habilidades. À medida que a sociedade vai se desenvolvendo, surge a necessidade da escolarização e é bom que isso aconteça, pois a educação dos adultos favorece a educação das crianças e adolescentes porque quanto mais os pais estudam mais conscientes ficam da importância da educação e mais contribuirão para que seus filhos permaneçam na escola. (LOPES e SOUSA, 2005).

Para Strelhow (2010), outra forma de pensar sobre a EJA traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão. A educação de jovens e adultos é uma modalidade de

ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém são pessoas que têm cultura própria (LOPES e SOUSA, 2005). Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno. O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir.

Conforme diz o artigo 17 da Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de Julho de 2000, “A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
- IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem” (BRASIL, 2000).

É papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional (LOPES e SOUSA, 2005).

Professores que se proponham a trabalhar com adultos devem refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar (STRELHOW, 2010).

2.2 Economia Solidária

Na condição de pesquisadora, observa-se a necessidade de buscar saber o que é ou o que pode ser economia solidária. A Economia Solidária pode ser definida em três dimensões (ANDION, 2005):

- **Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.
- **Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada.
- **Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Segundo Singer (2005), a economia solidária é uma economia centrada no humano, em que a solidariedade e a reciprocidade se colocam como elementos definidores do agir econômico. As diferentes concepções que tratam da economia solidária giram em torno da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

França Filho e Laville (2002) buscam traçar fronteiras conceituais entre terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e economia informal. Tais termos têm em comum o fato de se referirem a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do mercado e do Estado. No entanto, diferenças em relação ao contexto sócio-político em que emergem, ao papel que desempenham na sociedade e ao lugar que ocupam entre as esferas do Estado e do mercado, fornecem os elementos que possibilitam a percepção de fronteiras entre os termos terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e a própria economia informal.

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de

forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares (SINGER, 2000; MÉSZÁROS, 2005). São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e pró-ativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica (SINGER, 1998).

A economia solidária é uma forma de organização do trabalho que surgiu como alternativa de geração de renda e de inclusão social. É um jeito diferente de produzir, comprar, vender e trocar o que é necessário para viver, sem que haja vantagem para um ou outro lado da negociação. As atividades da economia solidária se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais e promovem o desenvolvimento sustentável, ou seja, o crescimento econômico em harmonia com a proteção da natureza (MANCIE, 1999).

São exemplos de empreendimento econômico solidário: cooperativas, associações, grupos de produção e clubes de trocas que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Essas organizações têm algumas características em comum. Entre elas o fato de serem empreendimentos coletivos; de terem atividades permanentes ou principais que são a razão de ser da organização; de serem constituídas por trabalhadores urbanos ou rurais que exercem a gestão das atividades de maneira coletiva e dividem os resultados; e de poderem ou não ter registro legal (prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização).

A economia solidária ganhou força no Brasil com o apoio de instituições e entidades a iniciativas associativas comunitárias e com a constituição de cooperativas populares, feiras de cooperativismo e redes de produção e comercialização. Em 2003,

foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e hoje há fóruns locais e regionais para debater e promover o assunto. A atividade ganhou também o apoio de governos municipais e estaduais, o que levou a um aumento no número de programas de economia solidária, como bancos do povo, centros populares de comercialização e projetos de capacitação (LAVILLE *et al.*, 2006).

A análise da viabilidade de empreendimentos solidários, para ser eficaz, não se resume aos aspectos estritamente técnicos ou aos cálculos econômicos, envolve também as questões associativas. São estas questões que definem os compromissos e responsabilidades de cada um e do conjunto dos envolvidos no projeto. O bom tratamento dessas questões é uma condição essencial para o sucesso do empreendimento.

2.3 Economia Solidária e Sustentabilidade

A sustentabilidade é um termo cuja origem provém do debate em torno das questões envolvendo o meio ambiente, incitado diante da preocupação com os recursos naturais e sua utilização desenfreada por parte do ser humano. A produção dos bens consumidos pelas sociedades gera poluição ao meio ambiente, danos que acabam atingindo, direta ou indiretamente, a própria humanidade. Mesmo com a poluição e devastação causadas pela produção e consumo destes bens, esta mesma humanidade muitas vezes não abre mão do conforto e da comodidade promovidos por eles (CAMPOS, 2001).

São cada vez mais evidentes os impactos negativos que o homem provoca na natureza. A poluição, a destruição de habitats, o acúmulo de resíduos sólidos e a diminuição rápida da biodiversidade são apenas alguns dos exemplos dos problemas ambientais gerados pela ação do homem na atualidade.

Uma das palavras mais utilizadas atualmente para falar de meio ambiente e dos impactos negativos causados pelo homem é sustentabilidade, termo que possui os mais variados significados. Em Biologia, por exemplo, relaciona-se com a capacidade dos ecossistemas de recuperarem-se das agressões do homem e até mesmo do próprio meio ambiente. A sustentabilidade também pode ser usada em conjunto com a palavra desenvolvimento e, nesse caso, referir-se às maneiras de evitar o esgotamento dos nossos recursos naturais e conseguir atender as necessidades da população atual (CAVALCANTE e FERRARO JUNIOR, 2002).

De uma maneira geral, podemos falar que a sustentabilidade é a capacidade de manter-se. Quando utilizamos os recursos naturais de maneira sustentável, por exemplo, eles conseguem manter-se por vários anos, não se esgotando facilmente. Percebe-se, portanto, que um desenvolvimento sustentável é aquele que não provoca a escassez ou esgotamento de recursos e permite que estes atendam as necessidades das futuras gerações e também as nossas.

É importante discutir a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável porque a cada dia mais os problemas ambientais estão afetando a qualidade de vida do homem. É comum, por exemplo, vermos nos jornais e em sites na internet a falta de água e o racionamento de energia em vários locais do Brasil. Isso não é consequência apenas de má administração, ocorrendo também em razão do uso irracional e excessivo do que nos é oferecido (FONTES, 2003).

O desenvolvimento sustentável necessita de planejamento e da participação de todas as esferas da população. É necessário analisar cuidadosamente o quanto já gastamos dos recursos e quanto ainda nos resta. Devemos também compreender que os recursos naturais podem acabar e seu uso consciente é fundamental para não comprometer a vida das futuras gerações.

Segundo Sachs (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta, à sustentabilidade ambiental, a dimensão da sustentabilidade social, que se baseia na solidariedade com relação à geração atual e com a geração futura e impele a buscar soluções vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido a custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. É fundamentado na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos. Para Sachs (2004), todo planejamento de desenvolvimento que almeje ser sustentável precisa levar em conta as cinco dimensões de sustentabilidade, que, apesar de separadas, estão imbricadas entre si:

- ✓ **Sustentabilidade social:** visa constituir uma civilização com maior equidade em termos de oportunidades e distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos pobres e dos ricos, em busca da qualidade de vida.
- ✓ **Sustentabilidade econômica:** deve ser buscada pela alocação e gerenciamento eficiente dos recursos e de um fluxo contínuo de investimentos. “A viabilidade econômica é condição *sine qua non* para que as coisas aconteçam” (SACHS, 2004, p. 12).

- ✓ **Sustentabilidade ecológica:** seu alcance pode ser obtido através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição através da conservação da energia, recursos e da reciclagem.
- ✓ **Sustentabilidade espacial:** relaciona-se à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades. Deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.
- ✓ **Sustentabilidade cultural:** afirma a busca de raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Para Milanez (2003), o desenvolvimento sustentável possui quatro facetas: a ambiental, a social, a econômica e a cultural. O termo sustentável, para o autor, está ligado apenas à dimensão ambiental, visto que foi o fato de o desenvolvimento atual estar levando-nos ao colapso ambiental que provocou a demanda por um conceito de desenvolvimento sustentável. A segunda faceta é ser socialmente justo, visto que, conforme afirma o autor, o modelo atual provoca uma concentração progressiva de riqueza, aumentando as desigualdades sociais. A destruição ambiental faz com que os pobres, além das doenças características da miséria, passem a ter doenças degenerativas em decorrência da poluição ambiental. A terceira faceta é ser economicamente viável, ressaltando que esta faceta do desenvolvimento é o meio e não o fim. “Ela deve ser revolucionada em sua ótica na direção da inclusão de muitas atividades produtivas, como as domésticas, de todos os setores da sociedade e de outras formas de interações como os clubes de trocas e as moedas sociais” (MILANEZ, 2003, p. 80). A quarta faceta é que o desenvolvimento deve ser culturalmente respeitoso, de forma a, ao contrário do desenvolvimento atual com seu caráter hegemônico, resgatar culturas, que para o autor, são a maior e mais complexa expressão da experiência humana. Fazem parte delas os sistemas de valores, as estratégias de produção, as formas de lazer, as crenças religiosas, as expressões artísticas, científicas, filosóficas e tantas outras coisas que são totalmente co-evolutivas, interdependentes, indispensáveis para a realização das pessoas e expressões diretas do meio onde foram forjadas (MILANEZ, 2003).

Esta perspectiva apresentada por Milanez (2003) se aproxima mais da temática de economia solidária apresentada neste trabalho, que percebe a economia solidária

enquanto economia plural, em que convivem diversas dinâmicas. Nesta economia, o aspecto econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para atendimento das diferentes necessidades humanas, que vão de necessidades materiais a necessidades sociais, políticas, ambientais, culturais, etc. Na economia solidária, convivem diferentes formas econômicas, algumas em interface mais significativa com o mercado, outras compondo um circuito não mercantil (provenientes de subsídios governamentais e não governamentais e de doações), e não monetário (trabalho voluntário, clubes de troca, mutirões e outras formas de troca/dádiva).

Para tratar do tema da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, os autores utilizam diversas terminologias (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002; GAIGER, 2004; CORAGGIO, 2003, FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), tais como viabilidade, autosustentação, sucesso e êxito, que, ainda que não sejam absolutamente iguais, representam uma preocupação real com a sustentabilidade dos empreendimentos.

Para Costa (2003), esta preocupação justifica-se pela condição de fragilidade demonstrada por boa parte dos empreendimentos da economia solidária. Já Gaiger (2003) acredita que tal preocupação se deve ao quadro promissor que a economia solidária apresenta que trouxe o apoio de ativistas, organizações sociais e órgãos públicos. Em diferentes países, pesquisas mostram que os empreendimentos solidários, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que os habilitam a permanecerem no mercado com perspectivas de sobrevivência (GAIGER, 2003). Outra preocupação presente se refere à natureza e ao significado dos seus traços sociais particulares, de socialização dos bens de produção e do trabalho, que, por sua vez, interferem na gestão do empreendimento e, conseqüentemente, para a sua sustentabilidade.

A ideia de sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária requer a compreensão de que esta economia é distinta do modelo capitalista, e por isto lógicas distintas estão convivendo entre si e interferindo na perenidade das organizações. A economia solidária insere-se no contexto de uma economia plural, em que convivem aspectos mercantis, não mercantis e não monetários. Assim, para sua gestão e, conseqüentemente, para sua sustentabilidade, aspectos políticos e sociais não podem deixar de serem levados em consideração (GAIGER, 1996).

A busca de excedentes é fundamental, principalmente, para empreendimentos que buscam a geração de renda. No entanto, esta acumulação, no âmbito da economia solidária, não constitui um fim em si mesma, mas um meio de alcançar o equilíbrio econômico do empreendimento, e com ele o desenvolvimento humano trazido com o resgate do indivíduo. Para Tiriba (2003), os objetivos vão além da geração de renda.

2.4 Educação Ambiental Não-Formal e o Programa Jovens Ambientalistas

É interessante observar a evolução que a Educação Ambiental - em especial a não-formal - sofreu ao longo do tempo, visto que inicialmente era utilizada como forma de manifesto, alertando sobre a escassez dos recursos naturais e indicando a necessidade de conservação da natureza. É concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos como uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais (CARVALHO, 2004).

Necessitando extrapolar o espaço escolar, disseminando conteúdos para a comunidade em geral, em áreas públicas, no entorno de Unidades de Conservação, em empresas e indústrias, através de atividades culturais, através de meios de comunicação de massa, através da ação de universidades (ações de extensão comunitária), pela formulação e execução de programas educacionais por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, Poder Público, entre outras entidades.

Para execução de Programas relacionados à Educação Ambiental não-formal, faz-se necessário primar por alguns fundamentos e princípios, os quais tornam a prática mais efetiva (GUARIM, 2000). A começar pela plena oportunidade de participação dos envolvidos, o que permite o questionamento, a proposição de ações e soluções para a consecução dos objetivos que se pretende alcançar. Pois muitas vezes, a oposição a um determinado Programa, como o Programa Jovem Ambientalista, decorre principalmente da falta de informações do público-alvo sobre o mesmo. As práticas em Educação Ambiental devem sempre considerar a realidade local, levando em conta toda sua perspectiva histórica, pois ela diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além de que, possibilita que a situação futura desejada seja condizente com os anseios e com as possibilidades dos envolvidos. Assegurando o respeito às diversas formas de vida e expressão da cultura, estimulando o convívio entre os diferentes, a

solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, usando estratégias democráticas e de interação.

A criação e o desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental não formal pode ser elaborado utilizando-se diferentes métodos, visto que não há uma metodologia única, nem um modelo rígido para tal. Podem-se utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de atividades práticas para se transmitir e socializar conhecimentos.

O Programa Jovens Ambientalistas da cidade de Picuí – PB, se caracteriza como um modelo de educação ambiental não formal envolvendo jovens carentes da comunidade local. A demanda dos jovens egressos para uma continuidade no desenvolvimento de atividades de educação ambiental e participação em eventos deu origem ao grupo de Jovens Ambientalistas (KRISCHKE, 2004). Participam desse grupo aproximadamente 30 jovens. As atividades do projeto incluem atividades educativas, de participação cidadã e de inserção social. Os jovens se reúnem esporadicamente para desenvolver atividades educativas e participam de eventos de sensibilização ambiental realizados por instituições públicas e privadas

O Programa Jovem Ambientalista, o qual é realizado com jovens (de 13 a 17 anos) das comunidades da cidade de Picuí - PB no Seridó do estado da Paraíba, pela Prefeitura Municipal através do Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo envolver os jovens picuienses em um processo de planejamento e gestão participativa, enfatizando a sustentabilidade comunitária e despertando o exercício da cidadania, além de promover o resgate e a valorização da cultura e do ambiente local. A ideia de implementação desse Programa Educativo ocorreu em função da falta de perspectiva em relação a oportunidades de estudo e trabalho na cidade, o que faz com que muitos jovens deixem suas comunidades de origem e direcionem-se para centros urbanos, contribuindo na maioria das vezes para perda de sua identidade cultural.

Dessa forma, acredita-se que o Programa oportuniza um espaço de diálogo (aceitando os questionamentos dos jovens e seus interesses em relação ao mundo contemporâneo), de reflexão (em relação à realidade social em que vivem) e de conhecimento (de si mesmo e de seu ambiente), para que o jovem tenha uma maior probabilidade de fazer uma escolha bem sucedida.

Um Programa de Educação Ambiental não-formal deve apresentar caráter contínuo e permanente, com ações sustentáveis, envolvendo a participação da comunidade e primando para a formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e

responsáveis social e politicamente, engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática. Visto que o exercício da cidadania, o respeito à diversidade, a justiça ambiental e a qualidade de vida são aspectos intrínsecos à Educação Ambiental (SORRENTNO *et al.*, 2006).

3. METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. O estudo foi realizado com os alunos e o coordenador do projeto Jovens Ambientalistas da cidade de Picuí – PB, que frequentaram as atividades em 2016.

A escolha do caminho de nossa pesquisa passa pela abordagem qualitativa, uma vez que esta permite ao pesquisador um contato direto com o ambiente e a situação a ser investigada, ou seja, envolve a obtenção de dados que são obtidos no contato entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, a fim de desvendar a realidade.

Referente ao tipo de pesquisa, esse estudo classifica-se como descritivo por revelar as características de determinado assunto por meio dos seus componentes, procurando avaliá-los (TRIVIÑOS, 1990; GIL, 2009).

Para a coleta dos dados primeiro foi feita uma visita aos participantes na sede do grupo para explicar com conversa informal o objetivo da pesquisa nesta etapa me recepcionaram bem em outro contato com foram realizados questionários semi-estruturados (Apêndice) com perguntas objetivas e subjetivas procurando conhecer o perfil socioeconômico dos mesmos, a capacidade desenvolvida neles sobre a importância das atitudes ecologicamente corretas e as ações de sustentabilidade econômica e solidaria possam vir desenvolver com tais aprendizagens.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada público-alvo e cada coletivo têm diferentes anseios e necessidades, o que reflete diretamente no meio ambiente, dessa forma, um Programa de Educação Ambiental não formal deve partir da realidade vivida pelo público-alvo, levando em conta seus aspectos sociais, culturais, econômicos e ecológicos, despertando seu enfoque interdisciplinar e sistêmico para que o Programa realmente seja consistente. O grupo de jovens e o coordenador do Programa Jovens Ambientalistas, a quem foi encaminhado os questionários era formado por 31 alunos e o coordenador, desses 24 responderam as questões, três não entregaram o questionário e quatro não compareceram nos dias das visitas.

O grupo é coordenado por apenas um coordenador do sexo masculino, idade de 46 anos que afirmou ter formação superior incompleta, não declarando em sua resposta a área do curso. Ele afirma gostar e ser envolvido com trabalhos e ações voltados ao meio ambiente, portanto tem se identificado bastante com o Programa Jovens Ambientalistas.

As atividades desenvolvidas no programa são: palestras de formação e informação, trilhas ecológicas, soltura de animais, semana do Bioma Caatinga, trabalhos com reciclagem, pesquisas com a população a cerca de ações voltadas para o meio ambiente, trabalhos de campo em conjunto com a vigilância sanitária do município. Essas atividades trazem um diferencial no processo educacional dos alunos e podem esta diretamente voltada a princípios da Economia Solidária.

Buscando saber se a escolaridade dos alunos influencia diretamente no desenvolvimento das atividades, o colaborador respondeu que aqueles alunos que estão em series mais avançadas tem melhor desempenho no que está associado a pesquisas, leituras, assimilação e interpretação dos conteúdos para repassarem as informações a familiares e a população em geral.

Procurando saber na visão do colaborador se há mudança de comportamento dos participantes após a continuação no projeto, o responsável diz que os eles progrediram ao longo das referidas atividades como pode ser observado em sua fala:

“Sim existe uma mudança significativa no comportamento dos participantes cujas são de análise positiva onde os integrantes com a continuidade nas ações melhoram as atitudes e conduta em relação ao meio ambiente e na própria sala de aula regular”.

Com relação à possibilidade dos ex-alunos virem a obter renda após sair do Programa, o colaborador afirma que eles ficam com uma vasta experiência e um olhar diferenciado para o meio ambiente, mas não acha que vão obter renda.

Quando nos referimos à educação ambiental em um contexto mais amplo, considera-a da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida. Para melhor compreensão dos dados coletados em nossa pesquisa, pode-se associar com estudo corroborativo de Jacobi (2003) afirma que educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

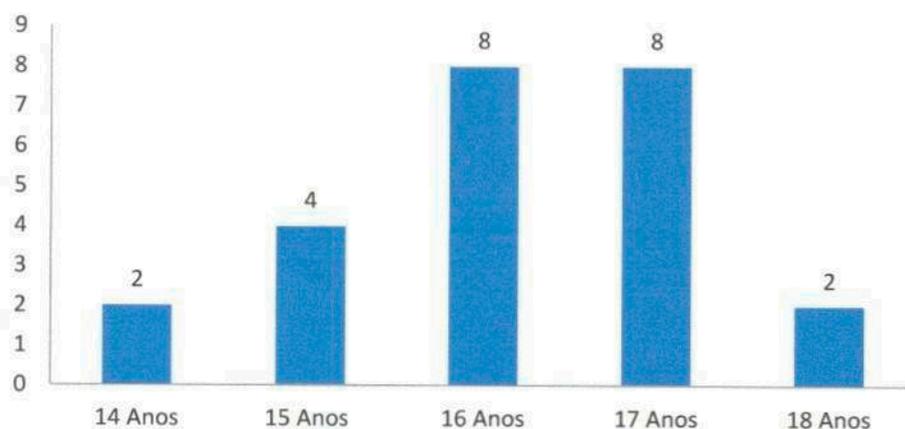
De acordo com nossos entrevistados, fez-se uma descrição das suas ações na participação para o desenvolvimento deste Programa. Então 24 alunos participaram desta pesquisa, sendo 12 do sexo masculino e 12 do sexo feminino, totalizando um percentual de (50%) em relação ao sexo, cuja característica implica em igualdade pelo interesse na participação do projeto.

Estes jovens têm que estar matriculados na rede pública de ensino, e suas ações na escola são usadas como critérios de seleção no programa. A idade é um dos fatores considerados. A idade dos jovens que participam do Programa está demonstrada na Figura 1 abaixo. Dos 24 jovens atuantes que responderam efetivamente nosso questionário tem idade entre 14 e 18 anos de idade incluindo ambos os sexos. Conforme observação os jovens entre 16 e 17 anos tiveram maior destaque ao ingresso no programa.

O grau de instrução dos pais segundo os resultados apresenta uma representatividade de Ensino Fundamental Incompleto, uma das instabilidades que suponho é que estas famílias tiveram que deixar a escola por terem entrado em relacionamentos muito jovens e isso tenha sido um empecilho para deixarem os estudos e dado ênfase ao trabalho. O grau de instrução das mães segundo os resultados traz uma representação onde prevalece o Ensino Fundamental Incompleto como o maior nível de escolaridade dessas mães, que se torna paralela ao dos pais. Geralmente, por serem oriundos de famílias carentes, seus pais possuem uma educação precária, pode se pensar nessa precariedade como sendo

falha no sistema educacional, e isso também acarreta em desigualdade social neste sentido muitos vão ficando a margem da sociedade e são induzidos a escolher sobreviver ou aprender.

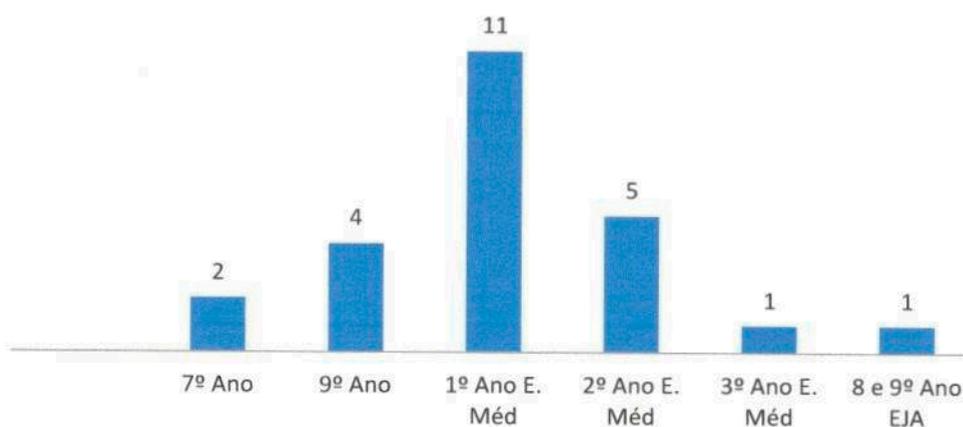
Figura 1. Faixa etária dos jovens entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A escolaridade dos educandos esta dispersa entre alunos do sétimo ano ensino fundamental II ao terceiro ano do ensino médio. A maior concentração se dá para os alunos do primeiro ano do ensino médio. A escolaridade dos educandos está representada na Figura 2 que ilustra a distribuição da escolaridade dos entrevistados.

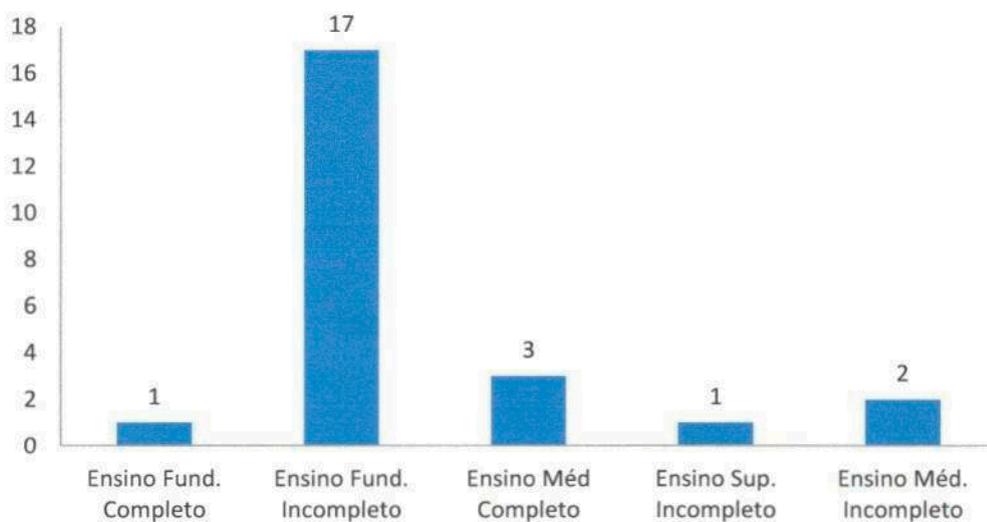
Figura 2. Distribuição da escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

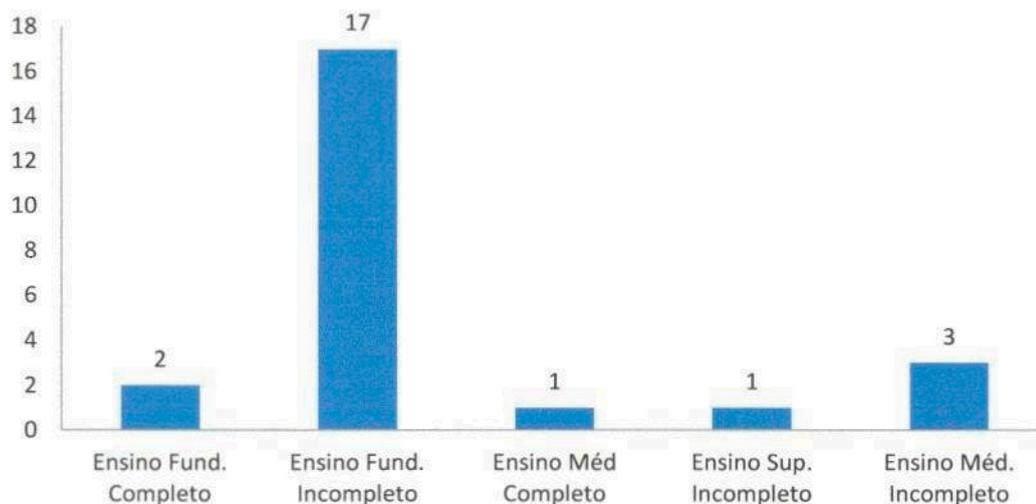
As Figuras 3 e 4 mostram a distribuição geral de instrução dos pais desses educandos.

Figura 3. Distribuição geral de instrução dos pais dos jovens entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Figura 4. Distribuição geral de instrução das mães dos jovens entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os dados coletados trazem as atividades de trabalho exercidas pelos pais e mães dos educandos, diante do que relataram a maioria das famílias estavam sem trabalhar, cinco são agricultores, nove trabalham com atividades diversas como auxiliar de pedreiro, churrasqueiro, vigilante, comercio, maqueiro, apenas um dos alunos é filho de

casal aposentados. Por questões desta natureza a bolsa que os alunos recebem oriunda das atividades do programa vem contribuir significativamente com a renda das famílias onde todos os alunos usam o dinheiro para os gastos em casa ajudando aos pais, com exceção de um que é filho de um casal aposentados. Este relatou usar o dinheiro para suas finalidades pessoais. Portanto este recurso é uma das ações que motiva e incentiva a participação e permanência dos educandos no programa, eles veem no benefício uma forma de sanar algumas necessidades.

Levando esta atividade para os títulos da economia solidaria percebe-se ai um exemplo que as potencialidades desenvolvidas por eles, principalmente aquelas voltadas à sustentabilidade como a jardinagem que eles citaram muito em suas respostas, por meio de produtividade que beneficia a família podem ser aproveitadas de forma solidária, se houver algum tipo de organização tem como começar ai uma rede de produção familiar e assim uma geração de renda.

Sendo assim percebe-se como é necessária a importância de uma fonte de renda para suprir as necessidades e anseios deste grupo. É importante enfatizar que quando abre inscrição para seleção do programa a noticia é propagada entre os colegas e o interesse em participar gera concorrência. Tudo leva a crer que a disputa por uma introdução no mundo do trabalho e da renda leve esses jovens a desejarem disputar a vaga e que com a aprendizagem ao longo do projeto construam uma forma de começarem a produzir trabalho e gerar renda.

Teve-se o interesse em saber dos educandos com a participação no programa o que consideram de melhor para a vida escolar e social. Eles relatam a importância em se conscientizarem com a proteção dos animais e o meio ambiente, a respeitar mais o próximo, regras de convivência, ter responsabilidade, em ser mais participativos. Estes ensinamentos e aprendizagem ajudam a vida escolar e social. Esses dados nos mostram a importância do programa para a construção do pensamento dos jovens.

De acordo com Jacobi (2003), a educação ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável.

Quando se pergunta quais das atividades são consideradas mais atrativa e importante para o meio ambiente e sustentabilidade, os jovens entrevistados compreendem a preservação do meio ambiente como não maltratar animais, cuidar e devolver animais a natureza, plantações de mudas para o reflorestamento, evitar queimadas, reciclagem. E destaca também a conscientização individual e social com entrega de panfletos, conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente através das campanhas sobre o lixo, outra atividade que considerada importante é pesquisa sobre resíduos sólidos.

Diante das respostas sobre a questão, eles demonstram apreender e têm um conhecimento da sustentabilidade e a importância para o meio ambiente. Eles criam uma visão de desenvolvimento sustentável e buscam superar o entendimento estimulando o pensamento e o fazer sobre o meio ambiente vinculado ao dialogo entre saberes, participação e práticas ligadas aos valores éticos como fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza (JACOBI, 2003).

Sobre um ponto considerado positivo que foi questionado com os educandos, pergunta-se a opinião deles após sair do programa. Se consideram possível obter renda desenvolvendo alguma das atividades estudadas? As respostas foram significante, quando 11 alunos dizem que sim, será possível obter renda, como desenvolver atividades no sentido de preservar o Bioma Caatinga, jardinagem, mini jardim, poda de plantas, reciclagem. Cinco preferiram que não será possível obter lucro e oito acham de talvez exista uma possibilidade de obter renda, embora as oportunidades sejam difíceis.

Ainda foi procurado saber quais das atividades desenvolvidas podiam ser relacionadas ao meio ambiente. O destaque considerado pelos alunos é soltura de animais predominantes da fauna nativa do Bioma Caatinga, conscientização da população, plantação e mudas, adubação, reciclagem.

Nos empreendimentos da economia solidária, a elaboração das atividades encontra-se imbricada nas relações sociais. Aspectos sociais internos, como a construção dos próprios vínculos sociais, interferem decisivamente na gestão dos empreendimentos, e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade. Verifica-se nitidamente a possibilidade de práticas de economia solidária de modo sustentável pelos jovens ambientalistas, bastando para isso a aplicação das atividades ambientais em grupo e com possibilidade de tributo a serem divididos entre seus membros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trata de um estudo sobre educação e sustentabilidade tendo o Programa Jovens Ambientalistas no Município de Picuí – PB, como referência. Por se tratar de um assunto relativamente contemporâneo em sua conformação atual, ainda são necessários muitos estudos para a compreensão do seu universo de atividades, dentro do estilo do processo educacional levando em consideração a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional.

Constatou-se a existência da economia solidária em torno das atividades do programa, no qual ocorre o estímulo, a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os educandos e colaborador. Esses estímulos propiciam de forma oculta o fortalecimento do direito à cidadania e à melhoria da qualidade de vida.

Um programa de Educação Ambiental não-formal como o Programa Jovens Ambientalistas, deve apresentar caráter contínuo e permanente, com ações sustentáveis, envolvendo a participação da comunidade e primando para a formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e responsáveis social e politicamente, engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática.

Este trabalho trás subsídios que contribuem tanto para o meio acadêmico como para os empreendimentos da economia solidária e assistências, na compreensão do significado da sustentabilidade no âmbito dos empreendimentos da economia solidária. Com isto, é possível observar as carências e trabalhar no sentido de fortalecer as dimensões necessárias para o alcance da sustentabilidade.

5. REFERÊNCIAS

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.

BASSANI, P. Sociedade e Meio Ambiente. In: **Temas transversais e Currículo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil. *Brasília: Senado*, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. RESOLUÇÃO C. N. E. CEB nº 1 de 5 de julho de 2000. *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, 2000.

CAMPOS, L. M. **SGADA – Sistema de avaliação de desempenho ambiental: uma proposta de implementação**. 220f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CAVALCANTE, L.; FERRARO JUNIOR, L. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável (relato de experiência do programa comunidade ativa). **Educação & sociedade**, vol.23, n. 81, p. 163-190, 2002.

CORAGGIO, J. L. **Economia do trabalho**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COSTA, P. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha**. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FONTES, B. Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em uma comunidade de baixa renda. **Tempo social**, p. 159-189, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária uma abordagem internacional**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V. S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio – Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, vol. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, n. 39, p. 181-211, 2003.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, vol. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, L. I. **Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?** In: GAIGER, L. I. (org.). Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, pp.101-126.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUARIM, V. **Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais**. In: Anais do SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATUARIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL: OS DESAFIOS DE NOVO MILÊNIO, 3, Corumbá, 2000.

JACOBI, P. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

KRISCHKE, P. J. Perfil da juventude brasileira: Questões sobre cultura política e participação democrática». **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis Ppgich Ufsc**, vol. 2, n. 2, 2004, p. 27.

LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 11-17.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. EJA: uma educação possível ou mera utopia. **Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)**, vol. 5, p. 1-20, 2005.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. **Revista Vinculando**, 2005.

MILANEZ, F. **Desenvolvimento Sustentável**. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, vol. 75, p. 91-99, 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANTOS, B.; RODRÍGEZ, C. **Introdução: para ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, B. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. **A economia solidária como ato pedagógico**. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep/MEC, 2005, p.15-20.

SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; KRUPPA, S. M. P. Senaes e a economia solidária—democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**, 2004.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, vol. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUZA, J. E. P. **Informática na EJA: contribuições da teoria histórico-cultural**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, vol. 10, 2010, p.38-45.

TIRIBA, L. **A economia popular e solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho**. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlanta, 1990.

APÊNDICE

Questionários aplicados



Ministério da Educação
Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Educação e Saúde
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano

Questionário Destinado aos Alunos do Programa Jovens Ambientalistas no Município de Picuí P-B

1- Qual a sua Idade: _____

2- Sexo: _____

3- Série : _____

4- Qual o grau de escolaridade de se pai?

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo;
- Ensino médio incompleto;
- Ensino médio completo;
- Ensino superior completo;
- Ensino superior em formação

5- Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo;
- Ensino médio incompleto;
- Ensino médio completo;
- Ensino superior completo;
- Ensino superior em formação

6- Seus pais trabalham? Em qual função?

7- Qual a principal utilização da bolsa que você recebe neste projeto?

8- Como você começou a participar neste projeto?

9- Com sua participação neste projeto, o que você considera de melhor para sua vida escolar e social?

10- Qual (ais) das atividades exercidas você considera mais atrativa e importante para o meio ambiente e sustentabilidade?

11- Após sair do projeto você considera possível obter renda desenvolvendo alguma atividade das que você aprendeu no projeto?



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Educação e Saúde
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano**

Questionário Proposto aos colaboradores do Programa Jovens Ambientalistas no Município de Picuí P-B

- 1- Qual a sua idade? _____ sexo _____
- 2- Formação educacional;

Por que se envolveu neste projeto?

- 3- Quais as principais atividades desenvolvidas neste projeto relacionadas ao meio ambiente?
- _____
- _____

- 4- A escolaridade dos alunos influencia no desenvolvimento das atividades? De que maneira?
- _____
- _____

- 5- Como você analisa a mudança de comportamento dos participantes no projeto?
- _____
- _____

- 6- A partir das atividades desenvolvidas os ex-alunos podem obter renda através disso?
- _____
- _____
- _____